



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Rago, Elisabeth Juliska

Resenha de "Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher" de Fabíola Rohden

Revista Estudos Feministas, vol. 10, núm. 2, jul.-dic., 2002, pp. 511-514

Universidade Federal de Santa Catarina

Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38110219>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

século XIX e início do século passado, ou na busca de saúde e prazer infinitos contemporâneos. Esses contrapontos da 'natureza' dos corpos, como mostra a autora, são historicizados, mesmo que as temporalidades sejam efêmeras por não ter uma datação precisa ou presa no calendário de determinada cultura. Desconstruir as formas discursivas, como faz Denise Sant'Anna, é evitar o perigo de transformar o corpo em lugar dos universais.

¹ Lucila Scavone traz essa discussão do primeiro momento do movimento feminista, baseado na noção de diferença e criando uma idéia de liberdade e

autonomia das mulheres, associada a uma concepção de conhecimento e reapropriação do próprio corpo. SCAVONE, Lucila. "Anticoncepción, aborto y tecnologías conceptivas: entre la salud, la ética y los derechos". In: SCAVONE, Lucila (Org.). Género y salud reproductiva en América Latina. Cartago: Libro Universitario Regional, 1999. p. 25-31.

² FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

ANA MARIA MARQUES ■
Universidade do Vale do Itajaí

A construção da 'natureza feminina' no discurso médico

Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher.

ROHDEN, Fabíola.

Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, 223 p.

Produto de uma tese de doutorado em Antropologia Social, o livro de Fabíola Rohden analisa a temática da diferença sexual nos escritos médicos do século XIX e início do século XX, a partir das representações, das imagens que estão na base da criação da medicina da mulher. Inicialmente, diz a autora, a investigação visava a produzir uma história sobre a sexualidade e a reprodução. O exame da documentação, entretanto, revelou que, "em boa parte do século XIX especialmente, a medicina da sexualidade e reprodução era a medicina sobre a mulher, expressa sobretudo na criação de uma especialidade, a ginecologia, que se definia como 'a ciência da mulher'" (p.31).

Rohden persegue os caminhos tortuosos da construção de uma determinada concepção de diferença sexual entre homens e mulheres, demonstrando o empenho de médicos e cientistas europeus da época em estabelecer

claras diferenças de caráter biológico e predeterminado entre os sexos. Essas diferenças não seriam apenas físicas, mas eram também psicológicas e morais. No discurso médico do século XIX, o sexo era entendido como um elemento natural e biológico, responsável pelo 'destino' social de homens como provedores e de mulheres como esposas e mães. Apesar dessa crença de que o sexo determinaria o destino, Rohden chama a atenção para o que entende ser um paradoxo presente nos textos médicos: a diferença sexual era vista como natural e, ao mesmo tempo, como sendo 'instável' e 'perigosa'. Conseqüentemente, seria necessário monitorar o processo de diferenciação sexual de homens e mulheres, em particular no início da puberdade, fase na qual "as influências do meio poderiam prejudicar ou impedir que se chegasse ao resultado esperado, de amadurecimento sexual e reprodutivo de homens e mulheres" (p. 204).

Valendo-se da bibliografia existente sobre o assunto, transita por várias problematizações sobre a questão da diferença biológica e discussões teóricas elaboradas por autores/as como Thomas Laqueur, Londa Schiebinger, Michel Foucault, Ornella Moscucci, Cynthia E. Russet, Jill L. Matus, entre outros. No diálogo estabelecido com Laqueur, recupera a discussão sobre os dois modelos de interpretação do corpo feminino em relação ao masculino. O primeiro, herdado dos gregos, que admitia apenas uma estrutura básica do corpo humano, a do macho, teria prevalecido

até o Renascimento. Essa concepção de *one-sex model* teria sido substituída pela idéia de dois sexos, ou da diferença biológica, por volta do final do século XVIII e começo do XIX. Laqueur informa que essa mudança não foi decorrente de avanços científicos, mas das necessidades ideológicas colocadas pela nova ordem social e pelas modificações nas relações de gênero. Rodhen incorpora à sua análise as discussões sobre a leitura e releitura do corpo no período, mostrando que as correntes médicas predominantes na Europa sobre a reinterpretação biológica do corpo feminino serviram como fontes de inspiração das teorias médicas que circulavam no Brasil nos séculos XIX e XX. Discorda, todavia, da leitura sobre a diferença sexual como sendo estática e dada *a priori* (p.203). Afirma que “o autor não foi suficientemente sensível a certos aspectos fundamentais que revelam não apenas a ‘convivência’ de dois modelos, mas a natureza instável e perigosa da concepção de diferença entre os sexos elaborada pelos médicos do século XIX” (p. 20).

Já em Foucault, Rodhen inspira-se na concepção “da sexualidade como uma construção cultural e um processo complexo e instável, em que está em jogo uma multiplicidade de elementos discursivos” (p. 205-206) Sua tese aproxima-se do trabalho de Jill Matus, no que diz respeito a sexo e reprodução na medicina. Matus concebe a diferença sexual como ‘instável’ e ‘precária’, logo, sujeita às influências sociais, como por exemplo a educação feminina ou o exercício de uma atividade profissional. Essa hipótese também aparece nas teses médicas elaboradas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no século XIX e início do XX, nas quais se baseia a pesquisa de Fabíola Rodhen. A medicina da mulher, no Brasil, propõe o estudo e tratamento das doenças, “mas como uma ciência da feminilidade, da diferença sexual e das desordens sociais relacionadas com as ameaças à delimitação dessa diferença” (p. 95).

A concepção de ‘diferença biológica’ intensifica-se no século XIX

A relação entre a condição biológica e os papéis sociais atribuídos aos gêneros masculino e feminino, a visão do corpo masculino como superior em relação ao feminino e a maternidade como função essencial do sexo feminino não eram idéias novas; já se faziam presentes desde

o século anterior, nas reflexões de Diderot, D’Alembert, Roussel, Cabanis. No século XIX, médicos e cientistas alimentaram esse debate baseados nas descobertas ‘científicas’ da nova biologia, fornecendo cada vez mais elementos para provar e reafirmar o estatuto biológico e previamente dado aos sexos. Acreditavam que a sexualidade feminina estava intimamente ligada à função reprodutiva.

A segunda metade do século XIX presencia um conjunto de mudanças socioeconômicas, políticas e culturais, além de um intenso desenvolvimento tecnológico. No plano científico, as mudanças proliferam, verificando-se a construção do método anatomoclínico, a transformação dos hospitais, a classificação das doenças, as descobertas de uma série de instrumentos, procedimentos e medicamentos, como os Raios X, o estetoscópio, as vacinas e o clorofórmio. Laennec inova, introduzindo a auscultação no diagnóstico e “inventa o estetoscópio por pudor, por não ousar colocar sua orelha no peito de uma jovem moça” (p. 21). A palavra ‘infecção’ começa a ser usada para explicar inúmeras doenças e a ‘asepsia’ alarga o campo da cirurgia. O debate em torno do darwinismo e da hereditariedade “propiciará o nascimento de uma corrente de pensamento marcada pelo fatalismo genético e que culminará no eugenismo” (p. 23).

Para além dessas transformações, também se verificam no período mudanças no mercado de trabalho, no estilo de vida, bem como a propagação de um ideário feminista. A necessidade de sobrevivência levou as mulheres pobres a buscar as fábricas ou os trabalhos de baixa remuneração. Aquelas pertencentes às classes média ou alta forçavam a participação na vida pública (p. 25). Todas essas modificações despertaram o questionamento a respeito do lugar a ser ocupado pelas mulheres na sociedade, do papel dos gêneros, das diferenças entre os sexos, além do estabelecimento de regras morais para o controle do comportamento social. Qualquer tentativa de rompimento do elo mulher-reprodução representava uma ameaça, não apenas ao organismo feminino, como também à sociedade. As mulheres que lutavam por direitos ou que pretendessem ingressar em uma profissão “masculina”, como a medicina, por exemplo, eram vistas como uma ameaça à ordem burguesa, sendo retratadas pelo discurso médico como “espécies híbridas”, “degeneradas”, “vampiras” ou mesmo

“assassinas”. Esses ‘desvios’ deveriam ser submetidos a uma nova forma de normatização, apoiada na perspectiva biológica de uma clara distinção entre os sexos.

O surgimento da ‘ciência da mulher’ ou da ginecologia

A partir do século XIX, a medicina propõe uma releitura do corpo feminino, momento em que se dá o surgimento da chamada ‘ciência da mulher’, descrita como uma especialidade médica cuja origem se encontra no “terreno do interesse pela diferença” (p. 35). Segundo Rodhen, toda a produção sobre o corpo, sexualidade e reprodução na mulher partia das diferenças fundamentais entre homens e mulheres, e, nesse sentido, a medicina e, mais precisamente, as especialidades voltadas à mulher e à reprodução convertem-se em uma verdadeira ‘ciência da diferença’, na qual se podia antever um projeto de medicalização do corpo feminino. Os médicos teriam explicado a inferioridade física, psicológica e intelectual da mulher em relação ao homem como uma realidade inscrita no próprio corpo, locus onde natureza e destino se confundiam. Fenômenos como puberdade, gravidez e menopausa afetariam a mulher de uma maneira sem equivalentes para o homem. “É com base nessa visão biológica que se estabelecem os papéis sociais” (p. 38). As características anatômicas das mulheres as destinariam à maternidade e não ao exercício de funções públicas. A recusa da maternidade, vista como a verdadeira essência da mulher, ou da vida doméstica, era um indício de forte ameaça aos padrões e valores estabelecidos para o sexo feminino. E, nesse sentido, os médicos construíram papéis de gênero, apoiando-se na diferença sexual, tendo firmes propósitos de extrapolar o simples cuidado das doenças femininas, abarcando assim vários aspectos da vida social e das relações de gênero. Obviamente, não havia uma única perspectiva dentro da medicina. Até os anos de 1870, as mulheres que praticassem crimes como o aborto ou infanticídio, ou fossem acometidas de males como a loucura, “eram consideradas mais como vítimas da falta de tutela do que responsáveis pelos seus atos”. No último quartel do século XIX, pode-se verificar uma inflexão no discurso médico, que passa a “ênfatizar a periculosidade natural do sexo feminino”, em consonância com o modelo da degeneração em voga (p. 70).

A medicina da mulher não encontra correspondente para o sexo masculino. O homem será alvo de preocupações em função da sífilis e de outras doenças venéreas, que eram então associadas à degeneração. No caso do gênero feminino, sua natureza era concebida como potencialmente patológica, propensa a perturbações e desordens: a ginecologia, escreve Rodhen, é a especialidade que se constituiu sobre essa lógica. Ademais, o surgimento da ginecologia deve ser entendido dentro do contexto do século XIX, assolado pelos graves problemas ligados à miséria, às doenças mentais, aos ‘vícios’, que também representariam fortes ameaças ao futuro da humanidade, daí serem merecedores da atenção médica.

Muitas das teorias elaboradas pelos médicos desse período se basearam na idéia de fragilidade da natureza humana, a exemplo da teoria da hereditariedade, que desembocou em uma visão de impossibilidade de igualdade social e política e nos movimentos eugênicos. “Com base nessa concepção elaborou-se um esquema no qual o homem branco, civilizado, europeu representaria a maturidade evolutiva em contraste com a mulher, o negro, o primitivo, o não europeu” (p. 27). Além disso, a natureza era entendida pelos cientistas da época como eminentemente hierárquica. No que tange à divisão da sociedade em classes, esta deveria ser valorizada para o bem do progresso social.

A concepção de ‘diferença biológica’ nas teses médicas produzidas no Rio de Janeiro

Na parte final do livro, para interpretar a questão da diferença sexual no Brasil, a autora analisa um conjunto de teses produzidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. A produção médica mostra que “a medicina expressa uma preocupação singular com a delimitação do papel social da mulher, baseada na valorização da maternidade” (p. 95). Nesse sentido, a sexualidade feminina constituiu-se em um dos focos principais da atenção médica no período estudado.

Um outro aspecto que mereceu atenção especial dos médicos ginecologistas foi a relação entre órgãos genitais, sexualidade feminina e doença mental e seus respectivos tratamentos. A ênfase incidia, principalmente, sobre temas como puberdade, menstruação, loucura, onanismo, ninfomania, neurastenia, prostituição, desejo,

menopausa, histeria, casamento, amor, entre outros. As conseqüências dessa identificação dos órgãos genitais com a sexualidade feminina e doenças mentais podem ser vistas nos argumentos médicos sobre a puberdade, fase que marcaria o nascimento da diferença, para ficarmos em um único exemplo, entre os vários arrolados no estudo. Sendo o período da puberdade muito propício ao aparecimento de doenças, como a clorose, a histeria, a loucura, a ninfomania, essa fase precisaria de cuidados muito especiais. Desse modo, exigia-se a moderação de certas atividades caracterizadas por dispêndio de energia intelectual. Sem muitos rodeios, mostrava-se que o "colégio, pelo convívio que oferece e pela exigência intelectual, deve ser preferido em prol da instrução fornecida pela própria mãe da menina" (p.28). A leitura de romances e novelas e espetáculos que prestigiassem as paixões também deveriam ser evitados. Esse enfoque se repete em outras teses analisadas pela autora.

No discurso médico 'oficial', as perturbações femininas consideradas prejudiciais ao bem público poderiam ser tratadas com a reclusão da mulher em asilos apropriados, sob os cuidados médicos. Uma das principais doenças que afetavam as mulheres, de acordo com os médicos brasileiros, era a histeria. A cura para esse mal seria o casamento.

Nas últimas décadas do século XIX, teria ocorrido uma valorização da mulher no que tange à reprodução, que se "torna-se especialmente importante, como uma reserva moral da sociedade, na medida em que está mais próxima da religião, do amor, da abnegação e da dedicação aos outros" (p. 123).

Algumas teses mostraram que o 'sistema nervoso' feminino representou a base para a formulação da natureza feminina, e os papéis sociais vinculavam-se sempre às teorias biológicas vigentes à época. Em tese datada de 1840, Firmino Junior diz que "as mulheres são mais sensíveis, mais impressionáveis, extremosas, em tudo, dadas as coisas de pouca ou nenhuma consideração, mais eloqüentes, mais sujeitas a serem vencidas, graciosas em todos os seus atos; finalmente, é no sistema nervoso que reside toda a vida da mulher" (p. 109).

Rodhen afirma que, na maior parte das teses analisadas, a "linha geral da argumentação é traçada sobre uma quase redução das funções

da mulher à maternidade e ao lar e sobre uma ênfase nos perigos representados pelas tentativas de rompimento dessa equação" (p. 149).

Um caso concreto: Abel Parente

No capítulo que trata de um caso concreto de esterilização de mulheres para fins contraceptivos, envolvendo o médico italiano Abel Parente, radicado no Brasil, onde residiu por 35 anos, Rodhen traz à tona as concepções sobre a diferença sexual como aparecem nas falas dos profissionais que reagiram publicamente à questão. O método de esterilização do doutor Abel Parente despertou uma ruidosa controvérsia no meio médico brasileiro, em 1893, ano em que publicou na imprensa do Rio de Janeiro anúncios para divulgar o seu novo invento. A polémica surgida envolveu médicos, juristas, a Sociedade de Higiene do Brasil e a Academia Nacional de Medicina. O setor dividiu-se entre prós e contras. No debate travado sobre os procedimentos do esterilizador, a autora recorta, com muita precisão, os argumentos que refletem "a íntima ligação entre os pressupostos morais e as concepções científicas acionadas" (p.156). Dessa maneira, estabelece uma ligação entre as concepções sobre a diferença discutidas no livro e como estas se materializaram nas polémicas em torno de um caso concreto.

Para concluir, gostaria de assinalar que o livro de Fabíola Rodhen nos mostra como as mulheres foram percebidas pelos médicos do século XIX e início do XX – ora 'normais', ora 'prostitutas' –, apontando como se deu a criação dos infundáveis estereótipos em torno do gênero feminino. É fundamental apreendermos os caminhos de construção masculina das identidades das mulheres: frágeis, loucas, perigosas, degeneradas, prostitutas ou fatais. Essas crenças atribuíram legitimidade à prática e ao discurso médico do século XIX. Em uma linguagem clara, Fabíola Rodhen demonstra que, no Brasil, como em outros contextos sociais europeus, no século XIX e início do século XX, as teorias médicas fundamentaram as interpretações relativas à diferença sexual, não como uma diferença imutável e estática, mas 'instável' e ameaçadora.

ELISABETH JULISKA RAGO ■

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo